

# Urbanização, mundialização do comércio e do consumo nas cidades médias brasileiras: *algumas reflexões<sup>i</sup>*

Cláudio Smalley Soares Pereira

Doutor em Geografia pela Unesp.  
Professor da UPE, Campus Petrolina  
Professor do Colegiado de Geografia  
E-mail: clasmalley@hotmail.com

Recebido: 02 set. 2019

Aprovado: 01 nov. 2019

**Resumo:** O presente artigo analisa o processo de urbanização e de produção do espaço urbano no período contemporâneo. Levantamos a hipótese de que o atual período histórico é marcado por um rápido processo de urbanização, em escala global, que apresenta características particulares. O foco recai sobre a problematização das ligações entre urbanização, mundialização do comércio e do consumo. Tal processo inseriu as cidades médias brasileiras em novas dinâmicas, modificando as estruturas das cidades, as redes urbanas e inserindo-as em um novo mapa do consumo e dos investimentos capitalistas em escala nacional.

**Palavras-Chave:** Urbanização. Cidades médias. Mundialização do comércio. Consumo.

**Abstract:** This paper analyzes the process of urbanization and production of urban space in the contemporary period. We hypothesize that the current historical period is marked by a rapid process of urbanization, on a global scale, which has particular characteristics. The focus is on problematizing the links between urbanization, globalization of trade and consumption. This process has inserted Brazilian medium-sized cities into new dynamics, modifying city structures, urban networks and inserting them in a new map of consumption and capitalist investments on a national scale.

**Keywords:** Urbanization. Medium-sized cities. Globalization of trade. Consumption.

**Resumen:** Este artículo analiza el proceso de urbanización y producción del espacio urbano en el período contemporáneo. Presumimos que el período histórico actual está marcado por un rápido proceso de urbanización a escala global que tiene características particulares. La atención se centra en problematizar los vínculos entre urbanización, globalización del comercio y consumo. Este proceso ha insertado ciudades medianas brasileñas en nuevas dinámicas, modificando las estructuras de las ciudades, las redes urbanas e insertándolas en un nuevo mapa de consumo e inversiones capitalistas a escala nacional.

**Palabras clave:** Urbanización. Ciudades medianas. Globalización del comercio. Consumo.

## **Introdução**

Neste artigo procuraremos elaborar algumas reflexões a respeito do processo de urbanização no Brasil, evidenciando, em particular, as cidades médias. A hipótese que nos move consiste em compreender as relações que se estabelecem entre a urbanização contemporânea, em sua faceta multiescalar, com a mundialização do comércio e do consumo, que modificou substancialmente as formas, estruturas e funções das cidades nas últimas décadas.

Para argumentar em favor desta hipótese, sustentaremos em uma série de estudos teóricos e empíricos já realizados sobre as cidades médias no Brasil, de diversas regiões da formação socioespacial brasileira, e por diversos pesquisadores, articulando com pesquisas desenvolvidas por nós com o mesmo intuito, qual seja: compreender a urbanização brasileira, sua heterogeneidade e as particularidades dos espaços urbanos não-metropolitanos.

O artigo está organizado em dois tópicos, além desta introdução e das considerações finais. No primeiro tópico, apresentamos algumas ideias sobre a urbanização contemporânea, sua dimensão globalizante e, ao mesmo tempo, desigual. O foco se dá no estabelecimento de uma articulação entre a mundialização do comércio e do consumo, baseado nos novos espaços de produção no período da globalização e mundialização do capital, e as transformações urbanas suscitadas por esses processos. No segundo tópico a análise se volta para a compreensão das cidades médias brasileiras como espaços urbanos rentáveis para a acumulação do capital, que se tornaram alvo dos grandes grupos econômicos do capital comercial, evidenciando, assim, novas relações entre formas, funções e estruturas nas cidades médias perante a mundialização do comércio e do consumo.

### **A urbanização contemporânea: planetária e desigual**

Na década de 1930, Louis Wirth, um dos maiores representantes da escola de Chicago de sociologia urbana, escreveu um artigo em que alertava sobre o violento processo de urbanização que tomava corpo naquele momento. Para Wirth (1938),

estávamos nos aproximando de um período em que a ideia de cidade se estenderia para além dos seus próprios limites físicos, configurando um “urbanismo como modo de vida”. Para ele, “o crescimento das cidades e a urbanização do mundo é um dos fatos mais notáveis dos tempos modernos” (WIRTH, 1979 [1938], p. 91). Algumas décadas antes de Wirth, Simmel (2005, p. 586 [1903]) tratou das condições psicológicas e mentais que as grandes cidades provocavam na configuração da personalidade e na vida subjetiva dos indivíduos. Ele argumentou que “uma cidade se constitui da totalidade de seus efeitos, que ultrapassam o seu imediatismo”.

A urbanização parece, de fato, indicar que a humanidade entrou em um novo contexto socioespacial, em um novo período da história. Isso se dá não somente devido à inversão da distribuição populacional constatada no início do século XXI, por instituições como a Organização das Nações Unidas (ONU): pela primeira vez na história, mais da metade da população global passou a viver em cidades. Usar essa linha de raciocínio é reduzir a complexidade, a variedade, o significado e as contradições do que é o urbano no mundo contemporâneo, fazendo dele apenas uma variável populacional. As dinâmicas demográficas revelam uma situação das mais complexas da vida contemporânea, como podemos notar hoje com as migrações forçadas, decorrentes de diversos fatores, entre eles econômicos e políticos. Ainda assim, é importante ressaltar que o dado demográfico, por si só, não consegue capturar a complexidade do fenômeno urbano no mundo contemporâneo (BRENNER; SCHMID, 2016). O processo de urbanização sob o qual vivemos abrange a escala global tornando-se uma das determinações da nossa vida contemporânea. Sobre isso se referiu um filósofo francês, escrevendo no final do século passado, que

O fato maior a nível mundial neste fim de século XX é a urbanização, não somente na sua manifestação demográfica e quantitativa [...] mas também e, sobretudo, na generalização de um modo de vida estandardizado, de um comportamento individual e coletivo, na adoção de novos valores gerados, mantidos e veiculados pela vida urbana (PAQUOT, 1990, p. 82).

Pensar a urbanização contemporânea é pensar, ao mesmo tempo, as determinações que incidem sobre a cidade e que a superam; é pensar, concomitantemente, os processos de reestruturação do capitalismo, a divisão territorial do trabalho, a flexibilização nas relações de trabalho, a industrialização, a ordem

geopolítica mundial e o poder dos Estados, as reconfigurações das regiões, a reprodução social e a vida cotidiana em sua amplitude, a segregação e a fragmentação espacial.

Estamos, assim, diante de um duplo processo: “uma urbanização do globo inteiro e uma globalização do urbanismo como modo de vida” (SOJA; KANAI, 2006, p. 54). Tais processos, contraditórios em essência, ensejam e ampliam até a escala global as condições espaciais de miséria e pauperização a que muitas populações do mundo estão submetidas (SOJA; KANAI, 2006). Esse fato não é novo e é por demais conhecido, principalmente quando se trata da urbanização dos países da periferia do capitalismo (OLIVEIRA, 2003; SANTOS, 1993).

As dinâmicas de uso do solo urbano redefinem as formas urbanas, a morfologia e a divisão social do espaço urbano (RONCAYOLO, 1997; SPOSITO, 2007). Essas dinâmicas, por sua vez, possibilitam novas práticas espaciais dos indivíduos, grupos e classes sociais, tanto nas metrópoles (CARLOS, 2011) e em demais cidades, dentre elas as cidades médias (SANTOS, 1993; SPOSITO, 2007). Pesquisas recentes indicam que a produção de novos espaços residenciais nessas cidades, bem como novas práticas de consumo associadas à inserção na globalização, tornaram o espaço urbano mais complexo que outrora<sup>ii</sup>.

Olhando para outras regiões do Brasil, como o Nordeste, as cidades médias, como Juazeiro do Norte, no Ceará, expressaram, também, e de forma ainda mais rápida, essas transformações. A presença de espaços como *shopping centers* e hipermercados, no que se refere ao comércio e ao consumo, especificamente, e os espaços residenciais fechados, popularmente conhecidos como “condomínios fechados”, refletiu nas mudanças de usos do espaço e do tempo pelos mais diversos estratos socioeconômicos, residentes nas diversas áreas da cidade, centrais e periféricas. Indivíduos, famílias e classes sociais passaram a consumir em espaços privados de uso coletivo, redefinindo a centralidade urbana, os fluxos materiais, e amparados numa ampliação da mobilidade por meio do transporte individual (PEREIRA, 2014).

De forma diferencial, no tempo e no espaço, a urbanização da sociedade e do território alcança as cidades de diferentes países. Em uma mesma formação socioespacial (SANTOS, 1978), a diferença regional no processo de urbanização salta aos olhos, como no Brasil. Os ritmos, as articulações e as determinações que alcançam o Nordeste e o Sudeste do país, por exemplo, expressam, ao mesmo tempo, a diferença histórica, social e cultural que constitui estas regiões, como a desigualdade entre elas em

níveis de industrialização, empregos, comércio e serviços, entre outros, frutos do desenvolvimento capitalista nacional.

Acontece que essa “nova urbanização brasileira” (SANTOS, 1993) tem relações estreitas com a massificação do consumo e pela produção de novos objetos<sup>iii</sup>. Assim, “a organização do consumo pela urbanização tornou-se absolutamente central à dinâmica do capitalismo” (HARVEY, 2011, p. 143), realidade essa que hoje não está mais somente centrada nos países do capitalismo avançado, estando presente na periferia do sistema.

O Brasil, desde os anos 1980, passou por mudanças importantes em termos de ampliação do consumo. Santos (1993) já mostrou como a sociedade, o espaço e a urbanização brasileira ganharam novos contornos com a incorporação de novas classes sociais e estratos socioeconômicos de menor rendimento no mundo do consumo, que foi influenciada, também, com as respectivas mudanças no mundo do trabalho (TELLES, 2006). Todavia, é somente no início do século XXI que a massificação do acesso a bens e serviços de consumo ganhou uma escala jamais vista na geografia-histórica brasileira, amplamente influenciado pelo crédito como variável importante para a explicação dos movimentos de produção do espaço, do tempo e da vida social.

### **A dimensão urbana do comércio e do consumo: exemplo das cidades médias**

A dinâmica da globalização e da reestruturação econômica está relacionada com o próprio processo de urbanização (SPOSITO, 2007; SMITH, 1988, 2007), que atualmente alcança a escala planetária (BRENNER; SCHMID, 2011), e com a transformação do próprio território nacional (SANTOS; SILVEIRA; 2001). No caso brasileiro, uma nova divisão territorial do trabalho se fez presente com as transformações que inseriram o país no mundo do consumo e do neoliberalismo, com a abertura comercial nos anos 1990, bem como a estabilidade da moeda. Uma “nova urbanização”, nas palavras de Santos (1993) constituiu-se assentada numa “revolução demográfica e urbana”, e numa ampliação do consumo.

[...] amplia-se o consumo no Brasil. A gama de artigos de consumo aumenta enormemente. A expansão do consumo da saúde, da educação, do lazer, é paralela à do consumo das bateadeiras elétricas, televisões, e de tantos outros objetos, do consumo das viagens, das ideias, das informações, do consumo das esperanças, tudo isso buscando uma resposta concentrada que leva à

ampliação do fenômeno da urbanização, sobretudo porque, ao lado do consumo consuntivo, que se esgota com ele próprio, criam-se no mundo agrícola formas novas de consumo produtivo. Quer dizer, a consumo consuntivo que se amplia, corresponde, também, uma ampliação do consumo produtivo, através dessa incorporação de ciência, técnica e informação ao território rural (SANTOS, 1993, p. 49-50).

Pode-se falar, segundo Santos (1993), em um nexos do consumo como característica do desenvolvimento do capitalismo brasileiro a partir dos anos 1950, e de um nexos do crédito a partir dos anos 1970. Tomando-se os últimos 80 anos, pode-se compreender três ciclos de modernização do padrão de consumo no Brasil, de acordo com Pochmann (2014, p. 86-87):

- O primeiro ciclo de antes da “internalização da indústria de bens duráveis no Brasil”, que somente a partir da segunda metade dos anos 1950 pôde ser verificada. Nesse primeiro ciclo, o acesso a bens duráveis era exclusividade dos segmentos mais enriquecidos do país, devido às mercadorias serem importadas dos países industrializados;
- Um segundo ciclo a partir dos anos 1960, “coincidindo com o período do chamado ‘milagre econômico’” onde viu-se medidas governamentais que favoreceram à ampliação dos segmentos intermediários (uma classe média assalariada, com empregos superiores em empresas privadas e na burocracia do setor público), que tiveram aumentos acima da inflação, enquanto a massa de trabalhadores ficou com seus rendimentos abaixo da inflação;
- E por fim, o terceiro ciclo, a partir dos anos 1990. Neste último ciclo são duas as razões que explicariam a expansão do consumo para os segmentos de renda na base da pirâmide social: um primeiro diz respeito às mudanças nos preços relativos com a queda dos custos dos bens de consumo duráveis, e um segundo à ampliação do crédito e a elevação dos rendimentos das camadas de menor renda.

Em um nível global, isso foi possível, de um lado, pelo aparecimento de “cadeias produtivas globais”, ancoradas em um “novo paradigma da produção”, assentado no neoliberalismo e na financeirização das economias com a flexibilização em termos de produção geográfica: “a grande empresa transnacional obteve vantagens absolutas, combinando capital de alta tecnologia com mão de obra barata em regiões com infraestrutura adequada”, isto é, “produção de menor custo e conectada mundialmente”; e por outro lado, pela massificação do consumo de bens e serviços que deu maior expressão a uma “sociedade *low cost*” de expressão global, sustentada pela abertura comercial, pela bancarização das populações mais pobres e pela estrutura dos preços dos bens e serviços com preços mais baixos (POCHMANN, 2014, p. 76-85).

Os geógrafos consideraram de suma importância compreender tanto a atuação como a conceituação desses sistemas de produção globais, devido ao fato de eles serem importantes para a compreensão das transformações espaciais num contexto de

globalização. Coe (2009), por exemplo, analisou as diversas correntes de estudos sobre as “redes de produção globais”. Para ele, a ideia de rede de produção global é mais interessante para se compreender o papel dessas empresas, posto que elas funcionariam articuladas em rede, com muitas interconexões e relações, entre múltiplos agentes, atores e escalas sendo, por isso mesmo, mais complexas, menos determinísticas e lineares. Assim, a ideia de redes de produção, definida como “o nexos globalmente organizado de funções e operações interconectadas de firmas e instituições não-firmadas através das quais bens e serviços são produzidos, distribuídos e consumidos”<sup>iv</sup> (COE, 2009, p. 557), seria mais útil<sup>v</sup>.

É importante ter essas noções em mentes porque, seja em termos de “cadeias produtivas globais” (POCHMANN, 2014), “cadeias de valor global” (CHESNAIS, 2018), ou “redes de produção globais” (COE, 2009; HENDERSON; DICKEN; HESS; COE; YEUNG, 2011), a transformação espacial e temporal da dinâmica do comércio e do consumo acarretou mudanças significativas nos espaços urbanos. As cidades, sob a égide da globalização e da mundialização do capital, foram reorganizadas, e mais do que nunca, a urbanização assumiu um papel fundamental na dinâmica da acumulação do capital. Observam-se, assim, significativas transformações na paisagem urbana como sendo reveladoras das mudanças econômicas, sociais e políticas em escalas mais amplas (ZUKIN, 2000).

No caso do Brasil, desde o início dos anos 2000 viu-se uma ampliação do consumo, juntamente com grandes investimentos em infraestrutura, que foram decisivos para a movimentação no mercado interno. O Brasil se beneficiou, também, do chamado ciclo das *commodities*, que foi importante para o crescimento da economia nacional. Esse é o contexto nacional e internacional na qual grandes varejistas passam a buscar novas estratégias territoriais na formação socioespacial, na busca de novos mercados. As cidades são, assim, requalificadas em termos de acumulação do capital, práticas de consumo, e articulações com dinâmicas da globalização.

As empresas realizam avaliações para poderem decidir onde se instalar. Se, há alguns anos, o perfil demográfico mínimo era de 500 mil habitantes, atualmente as empresas já buscam centros urbanos de 150 mil. Logicamente, não se trata de apenas um número, mas do tamanho do mercado potencial de consumidores naquela cidade e até mesmo na região onde elas se inserem, dependendo das dinâmicas e interações socioespaciais entre as cidades e suas respectivas regiões. Ainda assim, não é qualquer

cidade que se torna lócus de atração de investimentos empresariais do capital comercial; somente cidades rentáveis entram na mira dos capitalistas. A escolha das cidades é, portanto, um passo decisivo nas operações das empresas e nas suas estratégias de ampliação da lucratividade.

Essas avaliações levam em conta o potencial de consumo dos lugares, que desde o início da década de 2000 começou a passar por um crescimento devido à uma série de fatores interligados no âmbito da política econômica do que Singer (2012) chamou de “reformismo fraco” no contexto do “lulismo”. Transferência de renda, valorização do salário mínimo, expansão significativa do crédito e aumento do emprego formal modificaram a paisagem social no território nacional, sobretudo em cidades e regiões, sobretudo no Nordeste e no Norte (SINGER, 2012). Essas mudanças da estrutura social brasileira possibilitaram a diminuição da pobreza e da desigualdade, ao mesmo tempo que permitiu a entrada no mercado de consumo de milhões de brasileiros (SINGER, 2012, POCHMANN, 2014). As heranças espaciais da desigualdade que constituem a formação socioespacial brasileira, contudo, persistiram nas escalas regional e urbana, mesmo com ações visando combatê-las (ROLNIK; KLINK, 2011).

Daí que podemos observar a expansão das grandes empresas varejistas para áreas até então rarefeitas, em que era domínio dos capitais locais e regionais. Tais expansões ajudam a compreender a dinâmica da urbanização, tanto nacional quanto regionalmente, e como as cidades médias se tornaram espaços bastante atrativos para o “uso capitalista do território” (CALABI; INDOVINA, 1992) pelas empresas. Essas expansões fazem parte de um processo de “modernização do território” que se deu com a presença maior de empresas em diversos pedaços do território.

Com profundas desigualdades regionais, a formação socioespacial brasileira, que exporta o que produz em grande extensão do seu território, revela, por essa razão, a presença de poderosas empresas em muitas cidades médias, a partir das quais se executam tecnicamente os comandos centralizados que animam as atuais divisões territoriais do trabalho corporativas. Paralelamente, como a sociedade brasileira também vem mostrando altos níveis de consumo nos últimos anos, praticamente todo o território conhece a difusão de supermercados, shopping centers, franquias, redes comerciais e financeiras. Pontos de produção e pontos de consumo em expansão desenham as novas feições das cidades e da rede urbana (SILVEIRA, 2015, p. 177).

A revista Exame fez uma matéria sobre o consumo no Brasil em 2012; na capa trazia de título: “o novo mapa do consumo no Brasil”. A referida matéria mostra como



cidades das mais diversas regiões do país figuravam como espaços urbanos destacados no que se refere ao crescimento do consumo em uma perspectiva de prospecção para a década.

A presença das consideradas cidades médias é reveladora. Consideradas enquanto espaços urbanos que intermedeiam as relações econômicas, culturais e sociais com espaços mais complexos como metrópoles e regiões metropolitanas, as cidades médias desde pelo menos os anos 1980 figuram como espaços urbanos que se tornaram bastante dinâmicos. Passaram a receber investimentos por parte do Estado por meio de políticas públicas, bem como por parte de empresas, com a instalação de unidades e filiais. O consumo acabou se tornando uma variável importante para a explicação e compreensão desses espaços e sua inserção nas redes urbanas em diversas escalas, juntamente com os papéis destas cidades na divisão territorial do trabalho (SPOSITO, 2007) ao mesmo tempo que ganhou um estatuto teórico mais reconhecido para a compreensão do capitalismo (FONTENELLE, 2014).

Inspirando-nos em Milton Santos, podemos considerar que as cidades médias passaram a ser “espaços rentáveis” no contexto da mundialização do capital. A rentabilidade desses espaços se combina com as estratégias espaciais das empresas, as condições técnicas, de comunicação e transportes, e condicionam a seletividade espacial, produzindo hierarquizações e fragmentações espaciais. No dizer do autor

Os lugares se distinguiriam pela diferente capacidade de oferecer rentabilidade aos investimentos. Essa rentabilidade é maior ou menor, em virtude das condições locais de ordem técnica (equipamentos, infra-estrutura, acessibilidade) e organizacional (leis locais, impostos, relações trabalhistas, tradição laboral). Essa eficácia mercantil não é um dado absoluto do lugar, mas se refere a um determinado produto e não a um produto qualquer (SANTOS, 1996, p. 197)

No contexto da globalização das varejistas e da diferenciação socioespacial, as relações entre cidade e comércio são modificadas. A atuação das grandes empresas e a produção de novos espaços comerciais e de consumo modifica as estruturas espaciais urbanas e os usos da cidade, modificando a divisão social do espaço urbano, nos termos de Roncayolo (1997). Sposito e Goes (2015) mostraram como grandes grupos econômicos do varejo modificaram a reestruturação das cidades médias no Brasil<sup>vi</sup>, redefinido os padrões de centro e periferia sob novos fluxos e dinâmicas possibilitadas pelo consumo. Como constataram as autoras

É notória, de um lado, a continuidade da tendência à expansão dos tecidos urbanos, por meio de uma produção fundiária e imobiliária crescente que requer e propicia a multiplicação de áreas de concentração de atividades comerciais e de serviços – subcentros, eixos especializados, hipermercados, shopping centers etc. –, o que torna as estruturas espaciais mais diversificadas e complexas, pela possibilidade de oferecimento de mercadorias em várias parcelas do espaço urbano. Este conjunto de mudanças leva à superação da cidade monocêntrica, em espaços não metropolitanos, e constitui parte do processo de ampliação de diferentes formas de diferenciação socioespacial, incluindo a segregação e a fragmentação (SPOSITO; GOES, 2015, p. 107).

Partindo de outra temática e outros dados empíricos, Melazzo (2014) evidencia uma realidade de suma importância para pensarmos as cidades médias no contexto contemporâneo. Apoiando-se nos dados do IBGE, o autor discute as desigualdades socioespaciais nas cidades médias brasileiras de diversas regiões<sup>vii</sup>, argumentando que as desigualdades socioespaciais estão se reproduzindo de forma ampliada, ainda que de maneira distinta em cada uma das cidades, o que evidencia a complexidade e heterogeneidade das redes urbanas e da formação socioespacial brasileira. Nota-se que, ao lado de uma difusão dos rendimentos mais baixos nas cidades, evidencia-se uma concentração espacial em alguns setores no espaço urbano das rendas mais elevadas, processo que se ampliou entre o período intercensitário de 2000 e 2010 (MELAZZO, 2014).

Em uma pesquisa anterior, tivemos a oportunidade de analisar esses processos na cidade média de Juazeiro do Norte, no Ceará. Esta cidade, situada no sul do referido estado, passou por um crescimento vertiginoso nos últimos vinte anos. Novas formas comerciais modernas, como *shopping centers*, hipermercados e franquias internacionais desembarcaram na cidade, requalificando os sentidos e conteúdo da urbanização (PEREIRA, 2014). Trata-se de um movimento de urbanização no estado do Ceará fruto de um período de reestruturação econômica, que redefiniu a economia política das cidades e da urbanização, mediante os fluxos econômicos, financeiros e uma maior influência de determinações exógenas no território (ELIAS; PEQUENO, 2013).

A produção do espaço urbano e regional, nesta cidade e no aglomerado urbano de que faz parte, juntamente com as cidades de Crato e Barbalha (somados os três municípios constituem aproximadamente meio milhão de habitantes e são o núcleo da Região Metropolitana do Cariri, criada em 2009), reforçou e ampliou os nexos com a urbanização planetária, com a mundialização do comércio e do consumo. A expansão

territorial urbana, juntamente com os novos espaços residenciais fechados verticais e horizontais, e a redefinição das áreas de centralidade, demarcaram de maneira clara uma nova era na cidade e na região, que combinada, contraditoriamente, com as tradições religiosas e as romarias bastante dinâmicas que movimentam o espaço urbano de Juazeiro do Norte, se expressam em novas estruturas, formas e as funções urbanas (PEREIRA, 2014).

O que é importante de notar nas cidades médias brasileiras a partir dos estudos empíricos que vem sendo realizados (alguns deles citados neste artigo) é que a produção do espaço urbano ocorre de maneira contraditória. Essa contradição se revela por meio da combinação entre uma ampliação na formação socioespacial das possibilidades de consumo e de expansão das empresas comerciais, de um lado, e de outro uma ampliação das desigualdades socioespaciais e de sua reprodução. Essa contradição evidenciou um período particular da geografia histórica da urbanização brasileira, extremamente recente, e tem suscitado muitas investigações, incluindo as associações com os processos de segregação e fragmentação socioespacial (sobre isso, cf. SPOSITO, 2013), e na constituição de “uma pobreza diferente” no território nacional já desde meados dos anos 2000 (TORRES; BICHIR; CARPIM, 2006). Todavia, a nova conjuntura, de aprofundamento mais radical do neoliberalismo (incluindo reformas neoliberais) coloca em evidência a importância de se estudar e compreender a produção do espaço urbano no contexto da crise e do aprofundamento das desigualdades sociais e urbanas.

As transformações na estruturação das redes de cidades e do sistema urbano não ocorrem sem que sejam modificados os espaços urbanos. As escalas da cidade e da rede urbana são interdependentes (SPOSITO, 2007; LUSSAULT, 2007), e suas relações são mais bem analisadas sob um prisma dialético. Isso significa que uma mudança em termos de totalidade modifica as outras totalidades, já que elas são conectadas entre si. Assim, se “cada lugar é, à sua maneira, o mundo”, como sugeriu Santos (1996, p. 252), então toda cidade – entendida, também, como uma totalidade, tal como o lugar – reproduz no seu espaço urbano, material, concretamente e simbolicamente, as manifestações daquilo que a extrapolam, seja na escala nacional, seja na internacional. A própria ideia de globalização, em seu sentido econômico, político e ideológico, está atrelada aos lugares (HARVEY, 2004, p. 115), já que não é um processo abstrato que flutua ou paira no ar.

Se observarmos as estratégias das empresas, sobretudo as corporações globalizadas do setor de alimentos, bebidas, vestuário, por exemplo, (Carrefour, Walmart, Nike, H&M etc.) fica bastante evidente que as escalas espaciais e temporais precisam ser consideradas. Afinal, ao se internacionalizarem, as empresas buscam outros mercados que extrapolam as dimensões locais e em muitos sentidos alcançam a dimensão global – global aqui no sentido de atuar em vários países de mundo, e não no mundo inteiro, em todos os países. É, portanto, um tipo de lógica de atuação que está presente nas estratégias das grandes e até médias empresas. Sposito e Sposito (2017), analisaram as empresas comerciais que atuam e redefinem os territórios, as regiões e as cidades no Brasil, e mostraram como a articulação entre escalas geográficas constitui uma lógica espacial que se relaciona com as lógicas econômicas (concentração e centralização do capital) e espaciais (concentração e centralização espaciais).

O que há a ser considerado é o modo como esta internacionalização se realiza no período atual: o movimento entre empresas e agentes, que operam em diferentes escalas geográficas, realiza-se apoiada em tecnologias de informação e comunicação que aceleram as possibilidades de reprodução capitalista, de deslocamento de riqueza entre territórios e de extração de mais valia numa escala e num ritmo (espaço-tempo) nunca alcançados anteriormente. Ora, as rápidas descrições feitas sobre as quatro primeiras lógicas descritas nesta seção [concentração e centralização do capital; e concentração e centralização espacial] indicam claramente como empresas “saltam escalas” e tentam se impor como hegemônicas (sem nunca atingir isso completamente), mas impondo padrões de consumo e fazendo escolhas espaciais que redefinem a estrutura espacial dos sistemas urbanos e o acontecer da vida urbana (SPOSITO; SPOSITO, 2017, p. 471).

Assim, do ponto de vista da cidade, a nova dinâmica da globalização do varejo produziu uma geografia comercial e de consumo distinta. Novos espaços comerciais e de consumo foram produzidos nas cidades, alguns nas periferias, outros em áreas de centralidade já consolidadas no tecido urbano. As estratégias das empresas, no que diz respeito à sua expansão territorial, suas estratégias de fusão e aquisição, bem como pelo lançamento de plataformas de *e-commerce* e de franquias, adentraram o território nacional inserido as cidades de forma cabal na lógica da mundialização do capital.

As cidades e o processo de urbanização sob esses novos ditames foram bastante transformados. Sposito (2007, p. 242) destacou isso a partir do processo de estruturação da cidade e das centralidades urbanas. Assim, conforme a autora, as estruturas urbanas que eram predominantemente organizadas por “um centro principal e único [contemporaneamente] são sobrepostas por lógicas espaciais mais complexas e

decididas fora da escala de poder econômico e político local, em função de interesses comerciais e imobiliários”. Esses interesses, continua a autora, são os mesmos que “implantam shopping centers, que expandem redes de comércio de múltiplas filiais ou de franquias que associam atores econômicos locais a atores econômicos nacionais”. Essas transformações apontam para o que Santos (1993) já sugerira quando estudou a urbanização brasileira, mostrando que a tendência presente já no final do século XX era a de uma maior complexificação do sistema urbano nacional, atrelada a uma maior diferenciação socioespacial, que exige que as cidades sejam compreendidas como diferentes umas das outras e que sejam estudadas para além dos esquemas classificatórios, já clássicos nos estudos urbanos.

### **Considerações finais**

Pelo exposto, depreende-se que ao menos duas considerações são importantes para se avançar e dar continuidade aos estudos das cidades médias, da urbanização brasileira e da mundialização do comércio e do consumo, sem prejuízos para outras possíveis conclusões que podem ser tiradas das páginas escritas anteriormente.

Uma primeira consideração reside na necessidade de se compreender o processo de urbanização como um fenômeno histórico e geográfico, que expressa particularidades da produção do espaço urbano. Essa consideração é importante porque exige que compreendamos os processos dialeticamente em suas relações universais, particulares e singulares, demonstrando as diferenciações e desigualdades da urbanização, em que pese a universalidade do modo de produção capitalista no atual período histórico. Aqui, trata-se mais de uma questão de método no que se refere à análise e explicação das realidades geográficas.

A segunda consideração, também importante, diz respeito ao papel do comércio e do consumo no contexto do capitalismo contemporâneo, bem como suas formas de manifestação nos espaços urbanos e nas cidades médias. A mundialização do comércio e do consumo permite lançar um olhar para a compreensão dos papéis das cidades médias que se inserem, não sem contradições, na trama do complexo processo de circulação e acumulação do capital em escala mundial. Isso coloca em evidência a necessidade de se pesquisar como processos relativos à financeirização, ao *e-commerce*

e à exploração do trabalho no contexto da mundialização do capital interferem na produção dos espaços urbanos e na organização social e política dos lugares.

Essas dinâmicas, como mostramos anteriormente, têm modificado a urbanização brasileira nas últimas décadas, e as cidades médias se tornaram atrativas para os investimentos capitalistas. Cada vez mais fluxos de capitais, bem como de pessoas, mercadorias, ideias e informações se direcionaram para os espaços não-metropolitanos, redefinindo os usos do solo, a estruturação espacial urbana, as práticas espaciais e as representações atreladas aos espaços urbanos, além da requalificação das desigualdades socioespaciais.

Um grande desafio atualmente reside, no que tange à pesquisa urbana sobre a urbanização brasileira, compreender os espaços urbanos (incluindo as cidades médias) em um contexto de crise econômica, social e política que tem ampliado e reproduzido as desigualdades socioeconômicas e socioespaciais. Um contexto muito distinto das duas últimas décadas. Esses temas merecem mais aprofundamento e reflexão.

## Referências

BRENNER, N.; SCHMID, C. La era urbana en debate. **EURE**, Santiago, v. 42, n. 127, p. 307-339, 2016.

\_\_\_\_\_. Planetary urbanization. In: GANDY, Matthew (eds). **Urban Constellations**. JOVIS Verlag, p. 10-13, 2011.

CALABI, D.; INDOVINA, F. Sobre o uso capitalista do território. **Orientação**, São Paulo, n. 9, p. 37-66, 1992 [1973].

CARLOS, A. F. A. **A condição espacial**. São Paulo: Contexto: 2011.

CHESNAIS, F. As dimensões financeiras do impasse do capitalismo. **Revista Movimento**. 3 mar. 2018. Disponível em: <https://movimentorevista.com.br/2018/03/as-dimensoes-financeiras-do-impasse-do-capitalismo-mundializacao-do-capital-chesnais/>. Acesso em: 13 mai 2018.

COE, Neil M. Global Production Networks. In: KITCHEN, R.; THRIFT, N. (Orgs.). **International Encyclopedia of Human Geography**. London: Elsevier, Oxford, Vol.4, p. 556-562, 2009.

ELIAS, D.; PEQUENO, L. R. Reestruturação econômica e nova economia política da urbanização no Ceará. **Mercator** (Fortaleza. Online), v. 12, p. 95-112, 2013.

FONTENELLE, I. A. O estatuto do consumo na compreensão da lógica e das mutações do capitalismo. **Lua Nova**, São Paulo, n. 92, p. 207-240, 2014. Disponível em:

<[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-64452014000200008&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64452014000200008&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 11 nov 2019.

HARVEY, D. **O enigma do capital e as crises do capitalismo**. São Paulo: Boitempo, 2011.

\_\_\_\_\_. **Espaços de esperança**. São Paulo: Loyola, 2004.

HENDERSON, J.; DICKEN, P.; HESS, M.; COE, N.; YEUNG, H. Wai-Chung. Redes de Produção Globais e a análise do desenvolvimento econômico. **Revista Pós-Ciências Sociais**, São Luis (MA), v. 8, n. 15, 2011, p. 143-170. Disponível em: <<http://www.periodicoseletronicos.ufma.br/index.php/rpcsoc/article/view/590/337>>. Acesso em: 19 set. 2018.

LAZZARATO, M. **La fabrique de l'homme endetté**: essai sur la condition néolibérale. Paris: Éditions Amsterdam, 2011.

LUSSAULT, M. **L'homme spatial**: la construction sociale de l'espace humain. Seuil: Paris, 2007.

MELAZZO, E. S. Interações, combinações e sinergias: produção do espaço urbano, dinâmicas imobiliárias e o programa minha casa minha vida em cidades médias brasileiras. In: BELLET, C.; MELAZZO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; LLOP, Josep M. (Org.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias**. Lleida: Universidad de Lleida, p. 107-132, 2015.

MELAZZO, E. S. Cidades médias e reprodução ampliada das desigualdades socioespaciais. In: XIII Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Investigadores - RII, 2014, Salvador. **Anais do 13 Seminário Internacional da Rede Iberoamericana de Investigadores sobre Globalização e Território**. v. 1. p. 1-15, 2014.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista/ o Ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2003.

PAQUOT, T. **Homo Urbanus**. Essai sur l'urbanisation du monde et des moeurs. Paris: Éditions du Félin, 1990.

PEREIRA, C. S. S. **Centro, centralidade e cidade média**: o papel do comércio e serviços na reestruturação da cidade de Juazeiro do Norte/CE. 2014. Dissertação (Mestrado) - Curso de Geografia, Geografia, Universidade Estadual Paulista "Júlio de Mesquita Filho", Presidente Prudente, 2014.

POCHMANN, M. **O mito da grande classe média**: capitalismo e estrutura social. São Paulo: Boitempo, 2014.

ROLNIK, R.; KLINK, J. Crescimento econômico e desenvolvimento urbano. **Novos Estudo CEBRAP**, São Paulo, n.89, p. 89-109, 2011.

SILVEIRA, M. L. Pensando o fenômeno urbano contemporâneo. In: DIAS, P. C.; BRANDÃO, P. R. B. (Org.). **Cidades médias e pequenas**: dinâmicas espaciais, contradições e perspectivas na relação cidade-campo. 9 ed. Salvador: Publicações SEI (Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia), v. 99, p. 171-183, 2015.

RONCAYOLO, M. **La ville et ses territoires**, Paris: Gallimard Folio, 1997.

SANTOS, M.; SILVEIRA, M. L. **O Brasil**: território e sociedade no início do século XXI. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **Por uma geografia nova**. São Paulo: Hucitec, 1978.

\_\_\_\_\_. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.

\_\_\_\_\_. **A Natureza do espaço**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SIMMEL, G. As grandes cidades e a vida de espírito. **Mana**, v. 11, n. 2, p. 577-591, 2005 [1903].

SINGER, P. **Os sentidos do lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

\_\_\_\_\_. Gentrificação, a fronteira e a reestruturação do espaço urbano. **Geosp** – espaço e tempo, São Paulo, n. 21. p. 15-31, 2007.

SOJA, E. W.; KANAI, M. The urbanization of the world. In: BURDETT, R.; SUDJIC, D. (Org.). **The endless city**: the urban age project. London School of Economics and Deutsche Bank's Alfred Herrhausen Society, London: Phaidon, p. 54-68, 2006.

SPOSITO, M. E. B. Práticas espaciais e reestruturação das cidades médias. In: FERREIRA, Á.; RUA, J.; MATTOS, R. C. (Org.). **O espaço e a metropolização**. Cotidiano e ação. 1ed. Rio de Janeiro: Consequência, v. 1, p. 627-677, 2017.

\_\_\_\_\_. Segregação socioespacial e centralidade urbana. In: VASCONCELOS, P. A.; CORRÊA, R. L.; PINTAUDI, S. M. **A cidade contemporânea**: segregação socioespacial. São Paulo: Contexto, p. 61-93, 2013.

\_\_\_\_\_. Cidades médias: reestruturação das cidades e reestruturação urbana. In: SPOSITO, M. E. B. (Org.). **Cidades médias**: espaços em transição. São Paulo: Expressão Popular, 2007, v. 1, p. 233-253.

SPOSITO, M. E. B.; GOES, E. M. Grandes grupos econômicos, consumo e redefinição de centralidade urbana em cidades médias. In: BELLET, Carmen; MELAZZO, E. S.; SPOSITO, M. E. B.; LLOP, J. M. (Org.). **Urbanización, producción y consumo en ciudades medias/intermedias**. Lleida: Universidad de Lleida, v. 1, p. 107-132, 2015.

SPOSITO, M. E. B.; SPOSITO, E. S. Articulação entre múltiplas escalas geográficas: lógicas e estratégias espaciais de empresas. **GEOSP** (USP), v. 21, p. 462-479, 2017.

TELLES, V. da S. Mutações do trabalho e experiência urbana. **Tempo Social**: Revista de Sociologia da USP, São Paulo, v. 18, p. 173-195, jun 2006.

TORRES, H. H. da G.; BICHIR, R. R. M.; CARPIM, T. P. Uma pobreza diferente? Mudanças no padrão de consumo da população de baixa renda. **Novos estudos**. - **CEBRAP**, [online], n.74, p.17-22, 2006.

WIRTH, L. O urbanismo como modo de vida. In: VELHO, Otávio G. (Org.). **O fenômeno urbano**. Rio de Janeiro: Guanabara, 1979.



ZUKIN, S. Paisagens do século XXI: notas sobre a mudança social e o espaço urbano. In: ARANTES, Antônio A. (Org). **O espaço da diferença**. Campinas: Papyrus. p. 104-115, 2000.

---

<sup>i</sup> Este artigo é parte das reflexões desenvolvidas durante um estágio de pós-doutorado em Geografia na Universidade Estadual Paulista (UNESP), Campus Presidente Prudente, por meio do Programa Nacional de Pós-Doutorado/PNPD, da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), no período de 01/04/2018 a 31/10/2018.

<sup>ii</sup> Várias pesquisas foram realizadas no âmbito do grupo de pesquisa Produção do Espaço Urbano e Redefinições Regionais (GAsPERR), por meio de um projeto de pesquisa intitulado “Lógicas econômicas e práticas espaciais contemporâneas: cidades médias e consumo” (Projeto Temático FAPESP - Processo:11/20155-3 / Vigência: 01 de junho de 2012 - 31 de maio de 2018), coordenado pela prof<sup>a</sup>. Dr<sup>a</sup>. Maria Encarnação Beltrão Sposito que investigou seis cidades médias, cinco do Estado de São Paulo e uma do Paraná, e revelaram a dinâmica da urbanização nestas cidades. São José do Rio Preto, São Carlos, Presidente Prudente, Marília, e Ribeirão Preto de São Paulo, e Londrina, do Paraná, tiveram significativas mudanças em suas estruturas urbanas, mas de formas distintas. Todavia, de uma maneira mais ampla, a análise destas cidades revelou que as práticas espaciais de consumo associadas a novos usos da terra urbana e à ação dos agentes da produção do espaço urbano estão intrinsecamente relacionadas com as lógicas econômicas e estratégias espaciais das grandes empresas de capital nacional e internacional. Por outro lado, agentes econômicos e políticos, de capital local e regional, em determinados contextos, ainda permanecem bastante influentes nas decisões sobre os rumos que a cidade deve ou não tomar. O caso da empresa Damha urbanizadora, que atua em várias das cidades estudadas, e do Grupo de Desenvolvimento Urbano (GDU), uma associação de agentes locais do setor imobiliário de Ribeirão Preto, exemplificam como as elites locais podem se articular para continuar controlando a dinâmica da produção material do espaço urbano. Sobre esses resultados mais amplos, ver Sposito (2013), Sposito e Goes (2015), Melazzo (2015) e Sposito (2017).

<sup>iii</sup> Tanto Harvey (2011), como Lazzarato (2011) e Chesnais (2018) mostram que nos EUA o consumo constitui em torno de 70% do PIB.

<sup>iv</sup> Tradução do original: “A GPN can thus be broadly defined as the globally organized nexus of interconnected functions and operations of firms and nonfirm institutions through which goods and services are produced, distributed, and consumed”.

<sup>v</sup> O artigo de Henderson, Dicken, Hess, Coe, Yeung (2011) analisa com mais detalhes os conceitos de cadeias e elabora argumentos em favor das redes de produção globais para análise do desenvolvimento econômico.

<sup>vi</sup> As cidades estudadas por Sposito e Goes (2015) são: Londrina/PR, Marília/SP, Presidente Prudente/SP, Ribeirão Preto/SP, São Carlos/SP e São José do Rio Preto/SP.

<sup>vii</sup> As cidades que Melazzo (2014) se debruça em sua análise são: Campina Grande/PB, Mossoró/RN, Passo Fundo/RS, Dourados /MS, Londrina/PR, Marília/SP, São José do Rio Preto/SP, Marabá/PA e Uberlândia/MG.